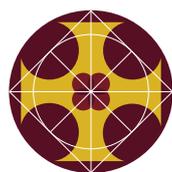


AFONSINA

I

2019



**EGAS MONIZ
O AIO**

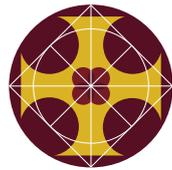


MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

AFONSINA

I

2019



EGAS MONIZ O AIO

Os artigos deste número da revista Afonsina resultam das conferências e comunicações apresentadas nas I^{as}. Jornadas Históricas, realizadas em Guimarães, em 15 de junho de 2019.

ÍNDICE

Editorial

ADELINA PAULA PINTO

1

Dom Egas Moniz de Riba Douro, o Aio entre o mito e a realidade

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

3

A honra na lenda de Egas Moniz

ALBERTINO GONÇALVES

15

A Colegiada de Santa Maria da Oliveira nos séculos finais da Idade Média: estrutura e organização

AIRES GOMES FERNANDES

19

Os homens da cura na Guimarães Medieval

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA

33

Aspectos da influência do Foral de Guimarães na carta de privilégios de Braga

RAQUEL DE OLIVEIRA MARTINS

45

A Colegiada de Santa Maria da Oliveira nos séculos finais da Idade Média: estrutura e organização

AIRES GOMES FERNANDES

airesgf@gmail.com

CHSC – Centro de História da Sociedade e da Cultura (FLUC)

Resumo

O presente texto segue, em linhas gerais, a comunicação apresentada às Jornadas Históricas. Por uma questão de adequação ao espaço disponível para cada artigo, vamos focar-nos, essencialmente, nos dois últimos séculos medievos da Colegiada de Santa Maria da Oliveira.

Este trabalho pretende abordar e esclarecer alguns aspetos relacionados com o funcionamento e organização da Colegiada de Santa Maria de Oliveira ao longo do período medieval. Importa conhecer, desde logo, a sua organização, o número de elementos que a compunham em diferentes períodos da sua história, a hierarquia, as dinâmicas do órgão colegial e os diversos cargos existentes, bem como as funções e tarefas adstritas a cada um dos cónegos que a integravam. Este é um olhar virado para a dimensão humana e demográfica da instituição, constituindo-se como uma espécie de amostra de um projeto mais amplo em que temos trabalhado e que pretende dar a conhecer todos aqueles que integraram esta Colegiada em tempos medievos.

Palavras-chave: colegiada, Santa Maria da Oliveira, Guimarães, cónegos.

1. Breve Historial

É hoje consensual que na génese da Colegiada de Santa Maria da Oliveira está o mosteiro fundado por D. Mumadona, por volta de 950, e que se transformaria em Colegiada no período que medeia entre 1107 e 1110 (OLIVEIRA, 1978: 20-21; 30-34). Para a sua sustentabilidade, consolidação e crescimento muito contribuíram as doações de particulares, fruto da sua dedicada devoção, mas, sobretudo, a proteção e benesses régias de que foi alvo.

A forte relação dos monarcas portugueses com a igreja de Santa Maria de Guimarães parece ter-se iniciado, desde logo, com D. Afonso Henriques, prolongando-se com os seus sucessores, que além da devoção à Nossa Senhora aí venerada, deram inúmeros privilégios à Colegiada e punham sob a sua proteção os seus priores, o cabido, os seus bens, os seus clérigos e caseiros (Boletim da DGEMN, 1981: 10).

Um momento de grande importância na vida da Colegiada ocorre em Julho de 1223, com a celebração do acordo para a divisão das rendas da Colegiada entre Prior e Cónegos¹. Este é um fenómeno que também se verifica na generalidade das instituições monásticas, com a separação e autonomização da mesa prioral ou abacial da mesa claustral ou conventual. No fundo, e de forma algo simplista, trata-se da divisão das rendas e benefícios das instituições, ficando uma parte adstrita ao prior e ao seu sustento e uma outra para a comunidade monástica. No caso das Colegiadas, esta divisão ganha contornos de maior importância, porque extravasa a mera divisão dos rendimentos, já que, normalmente, coincide com um outro fenómeno, o fim da vida claustral dos cabidos, ou seja, os cónegos deixam de viver em comunidade e em clausura para passar cada um a viver na sua respetiva casa, restringindo-se a vida comunitária às imposições diárias, caso das missas, com a celebração de festas, aniversários e outros sufrágios, bem como à intervenção na vida económica da instituição, com a presença ou participação na realização dos diversos contratos. Curiosamente, a Colegiada de Santa Maria da Oliveira parece ser, a este nível, uma exceção, uma vez que a vida comunitária deverá ter-se prolongado ainda por um período posterior a esta data (MARQUES, 1988: 517-518).

O séc. XIV é um dos mais marcantes na vida da instituição, sobretudo o último quartel, indelevelmente marcado pelo início, a 6 de Maio de 1387, das obras da nova igreja de Santa Maria da Oliveira, a cargo do arquiteto João Garcia de Toledo e sob patrocínio régio (CALDAS, 1996: 271). D. João I dava assim cumprimento à promessa feita, cerca de dois anos antes, nas vésperas da batalha de Aljubarrota, agradecendo desta forma a intercessão de Nossa Senhora na vitória portuguesa (Boletim da DGEMN, 1981: 10-13).

As obras do novo templo prolongar-se-iam por todo o final de trezentos e primeiras duas décadas de quatrocentos (SILVA, 2004: 50), encontrando-se ainda inacabadas aquando da sagração da nova igreja, cerimónia que decorreu a 23 de Janeiro de 1401, presidida por D. João de Azambuja, bispo de Coimbra, e na qual compareceram D. João I e a restante família régia, nomeadamente a rainha D. Filipa e os infantes D. Duarte, D. Pedro, D. João, D. Henrique e a infanta D. Isabel².

No início do séc. XVI, assistir-se-ia a nova campanha arquitetónica, também com algum impacto e grandiosidade, durante o priorado de D. Diogo Pinheiro, sobretudo entre 1503-1514, com a construção e ampliação do claustro de Santa Maria da Oliveira, sendo que este mesmo D. Diogo, que também foi comendatário dos mosteiros de S. Simão da Junqueira, Carvoeiro e Castro de Avelãs e primeiro bispo do Funchal (1514-1526), é o responsável pela conclusão da torre da igreja de Santa Maria da Oliveira (CALDAS, 1996: 285; SILVA, 2004: 50).

¹ ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 1, Nº 5 e 6.

² ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, Maço 4, Nº 1; (Oliveira, 1977: 173-174).

2. Estrutura e Organização

A colegiada de Santa Maria da Oliveira seguia, em termos gerais, o mesmo padrão organizacional do clero catedralício. Pode dizer-se, por isso, que a estrutura orgânica da instituição obedece a uma hierarquia bem definida, desde logo, e à cabeça, o prior, seguindo-se as dignidades, ou seja, o chantre, o tesoureiro, o mestre-escola e depois os cónegos, beneficiários que poderiam, ou não, exercer, pontualmente algumas funções específicas, e entre os quais também existe distinção que, atempadamente, daremos conta. Debrucemo-nos agora de forma mais detalhada sobre cada um destes cargos.

2.1. Prior

O prior assume-se como o elemento mais importante na hierarquia da instituição. Ao contrário do que normalmente sucedia com os mosteiros, em que os seus mais altos representantes, abades, abadessas ou priores, eram eleitos *inter pares* e confirmados no cargo pelo bispo ou arcebispo, no caso da Colegiada de Guimarães o cargo de prior era de nomeação, neste caso de nomeação régia e poderia ser, ou não, vitalício. O seu provimento era feito, através de indicação ou nomeação régia ou da família real e não carecia de qualquer autorização ou confirmação arquiépiscopal, uma vez que a Colegiada gozava de autonomia e jurisdição própria a este nível. Ao prior competia o governo da instituição e a gestão interna da comunidade (gestão de conflitos, distribuição do serviço, assegurar a presença e participação dos cónegos nos diversos atos litúrgicos, certificar-se da correta distribuição das rações). Presidia às reuniões do cabido, propunha também ao corpo colegial a discussão sobre determinados atos que lhe parecessem vantajosos para a instituição e supervisionava e autorizava os contratos económicos realizados pelo Cabido da Colegiada (arrendamentos, emprazamentos, escambos, vendas). Cabia-lhe também a confirmação dos clérigos ou beneficiados apresentados para as conezias que vagavam e era da sua responsabilidade a celebração das missas referentes às principais festividades. Além disso, era o representante máximo da instituição no exterior.

Tendo em consideração que estes priores eram de nomeação régia é normal que na longa listagem dos titulares que ocuparam o cargo ao longo do período medieval nos apareçam alguns nomes de destaque da sociedade portuguesa, casos de Fernão Lopes ou D. Pedro Julião, mais conhecido por Pedro Hispano e futuro Papa João XXI, D. João Afonso das Regras, ou D. Jorge da Costa, o famoso Cardeal de Alpedrinha.

Desde a fundação da Colegiada e até ao primeiro decénio do séc. XVI, isto para contabilizarmos os primeiros 400 anos de existência da instituição, que correspondem, grosso modo, ao período medieval, temos cerca de 40 priores à frente da Colegiada, sendo que, para o período de cerca de 200 anos que aqui trazemos, é possível identificar mais de uma vintena de priores, como mais facilmente se percebe através do quadro que se segue:

Priores da Colegiada de Santa Maria da Oliveira (c.1300-c.1515) ³			
	Prior	Data de início	Término
1	D. Rodrigo Pires	1302	
2	D. Egas Lourenço	1315	
3	D. Pedro VI	1316	
4	D. Miguel Vivas	1327	
5	D. Estêvão Dade	1333	
6	D. João Afonso	1348	
7	D. Afonso Vasques	1353	
8	D. Gonçalo Teles	1363	
9	D. Vicente	1368	
10	D. Martim Anes	1371	
11	D. Gonçalo Vasques	1374	
12	D. João Afonso das Regras	1383	
13	D. Gonçalo Vasques da Cunha	1390	
14	D. Nuno Fernandes	1396	
15	D. Rui Lourenço	1401	
16	D. Luís de Freitas	1403	
17	D. Diogo Álvares de Brito	1403	
18	D. Afonso Martins	1410	
19	D. Luís Vasques da Cunha	1419	1423
20	D. Rodrigo da Cunha	1424	1449
21	D. Afonso Gomes de Lemos	1449	1487
22	D. Fernão Coutinho	1487	
23	D. Henrique Coutinho	1493	
24	D. Jorge da Costa	1501	
25	D. Diogo Pinheiro	1503	1514

³ Este quadro foi elaborado a partir das listagens publicadas por Craesbeck (1725), Oliveira (1978) e Caldas (1996), e pretende servir apenas de quadro orientador, uma vez que ainda não nos é possível apresentar uma listagem definitiva com todos os titulares do cargo, embora da análise documental a que já procedemos podemos adiantar que existem várias alterações ao quadro aqui exposto. A título de exemplo, podemos dizer que há documentação que comprova que D. Rodrigo Pires ou D. Rui Pires já era prior em 1301 (ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 2, Nº 29).

⁴ ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 3, Nº 22.

⁵ ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 3, Nº 22.

⁶ ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 2, Nº 29.

Tratando-se de cargos de nomeação muitos dos priores viviam noutras cidades e passavam muito pouco tempo na Colegiada, por isso, e nos assuntos em que era imperial a sua intervenção, constituíam procuradores para se fazerem representar. Assim acontece a 27 de Abril de 1353, dia em que Gomes Lourenço do Avelal, cónego de Lisboa, foi instituído na prebenda que vagou por morte do cónego Martim Lourenço, tendo-se feito representar por Francisco Vicente, seu procurador⁴. Para que essa conezia pudesse ser atribuída foi necessário o cónego Martim Bentes deslocar-se a Lisboa, para ser constituído procurador especial do prior da Colegiada, D. Afonso Vasques, justamente por procuração feita, a 14 de Abril de 1353, em Lisboa, nas pousadas do prior, por Vasco Afonso, tabelião del rei nessa cidade⁵.

O mesmo sucede com o prior Rui Pires que, a 19 de Dezembro de 1401, se encontrava em Paris e foi Martim Anes, cónego da Sé de Braga, na qualidade de seu procurador que, juntamente com Domingos Eanes, tesoureiro da Colegiada, em representação do cabido, quem empossou Estêvão Peres, abade de Santa Cristina de Longos, na prebenda e conezia que vagara por morte do cónego Pedro Anes⁶.

As dignidades

Como já acima exposto, em termos hierárquicos, e logo a seguir ao prior, constituem as dignidades os cargos de maior reconhecimento e prestígio dentro da Colegiada, daí que fossem lugares ambicionados e disputados, com os pretendentes frequentemente a usarem as suas mais altas influências no sentido de aí serem providos. Não é de estranhar, mais a mais devido à própria ligação que a família régia tinha com a Colegiada, que muitos dos seus elementos tenham um papel ativo na indicação de certos indivíduos para o provisionamento desses cargos. Trazemos apenas aqui alguns exemplos demonstrativos. Assim sucede com a rainha D. Filipa de Lencastre que, em data que desconhecemos, mas certamente dentro da última década do séc. XIV⁷, exerceu a sua influência, numa altura em que o chantrado da Colegiada se encontrava vago, tentando obtê-lo para Pedro Afonso, seu criado e escrivão⁸. Curiosamente, esta forte ligação da família régia à Colegiada, bem como o seu grau de influência, far-se-á notar ainda de forma mais vincada nos seus descendentes. É o caso do conde de Barcelos que, a 12 de Novembro de 1434, pedia ao chantere e cabido de Santa Maria da Oliveira que atribuíssem a conezia vaga de mestre-escola a Pedro Gonçalves, seu capelão, dizendo que lhe haviam dito que estava prometida ao arcebispo de Braga, mas que entretanto escrevera a interceder junto deste no sentido de a libertar em favor do seu protegido, pedido a que o arcebispo acedeu⁹. Também o infante D. Pedro, na altura regente do reino, exerce a sua influência sobre a Colegiada dirigindo-se, por carta datada de 15 de Dezembro de 1442, ao “Chantere e Cabido de Guimaraens”, dando-lhes conta do seu desagrado face às queixas e contenda que existia entre o cabido e o seu apaniguado e servidor Diego Afonso, também cónego de Santa Maria da Oliveira¹⁰. A resposta do chantere e cabido é dada por carta de 15 de Fevereiro de 1443, reconhecendo a culpa e solucionando a questão “consyrando quanto somos obrigados a servir o Regente nosso Senhor por singulares mercees que dele recebemos e speramos de receber a nos apraz e queremos e outorgamos que Dieguo Affonso seu servidor e nosso irmaao e coonigo” tenha a cadeira de mestre-escola ou a de tesoureiro, consoante a sua preferência¹¹.

Um outro exemplo é o da neta de D. João I e D. Filipa, a também homónima infanta D. Filipa que, por carta de 10 de Julho de 1483, requer aos cónegos, dignidades e beneficiados da Igreja de Santa Maria de Guimarães que, vagando aí um qualquer benefício, seja nele colocado o bacharel Fernando Álvares, que além “do amor que sempre teve de servir essa casa desejava muito ser beneficiado em ella”, dando-se também a curiosidade deste bacharel ser natural da vila de Guimarães¹². Também D. Manuel I, por carta de 30 de Dezembro de 1500, sabendo “ora que era falecido o voso prevendeiro”¹³, solicita ao deão, mestre-escola, chantere e cabido de Santa Maria da Oliveira que deem a Pedro Vaz o cargo que vagara¹⁴. Neste pedido de D. Manuel ressaltam dois aspetos curiosos, desde logo a referência ao deão, dignidade pertencente ao clero catedralício¹⁵ e que não se deteta, pelo menos para os séculos XIV e XV, no organigrama da Colegiada de Santa Maria da Oliveira; em segundo lugar, a indicação ao prebendeiro, que não se tratando de nenhuma dignidade, era um cargo importante que tanto poderia ser exercido por um leigo como por um capitular e era uma espécie de ecónomo, ou seja, o responsável máximo pela gestão, execução, cobrança e recebimento das rendas, assegurando-se do cumprimento dos diversos contratos feitos pela Colegiada, bem como da divisão e entrega dos rendimentos ou porções a que cada cónego tinha direito (Marques, 1988: 372-373). A título de exemplo, podemos dizer que, a 24 de Outubro de 1430, Luís Álvares era prebendeiro de Santa Maria da Oliveira, sendo Lourenço Anes, contador¹⁶, cargo que está diretamente associado ao primeiro.

7 A carta, escrita na Serra de Atouguia, é datada de 20 de Agosto mas sem referência ao respetivo ano de emissão (ANIT – CSMO, Documentos Particulares, Maço 39, Nº 58). Tendo em consideração os itinerários de D. João I, e mesmo sabendo-se que rei e rainha nem sempre estavam no mesmo local, pode admitir-se como tendo alguma base de sustentação a possibilidade de se tratar do ano de 1393, uma vez que ao longo do último terço desse ano, incluindo em datas muito próximas dessa altura, o monarca esteve nos Paços de Atouguia (Moreno, 1988: 57, 264-265).

8 ANIT – CSMO, Documentos Particulares, Maço 39, Nº 58.

9 ANIT – CSMO, Docs. Particulares, Maço 47, Nº 28B. Apesar de todo o empenho colocado pelo conde neste processo, o certo é que no final do mês de Novembro a questão, apesar de bem encaminhada, ainda não tinha sido solucionada, como se percebe de nova missiva enviada pelo conde D. Afonso à Colegiada (ANIT – CSMO, Documentos Particulares, Maço 47, Nº 29B).

10 ANIT – CSMO, Docs. Régios, Maço 3, Nº 9.

11 ANIT – CSMO, Docs. Régios, Maço 3, Nº 9.

12 ANIT – CSMO, Docs. Particulares, Maço 64, Nº 8B.

13 ANIT – CSMO, Docs. Régios, M. 4, Nº 3.

14 ANIT – CSMO, Docs. Régios, M. 4, Nº 3.

15 Nas catedrais tinha a seu cargo a supervisão de todos os negócios do cabido e competia-lhe a celebração das missas do dia da Ascensão, Senhora das Neves, missa do Galo e Noite de Natal (Pinto, 1940: 86).

16 ANIT – CSMO, Docs. Particulares, M. 46, Nº 5.

2.2. Tesoureiro

O tesoureiro, ao contrário daquilo que à primeira vista se poderá inferir, até pela conotação a que hodiernamente anda associado o termo, não tinha quaisquer funções de cariz económico ou relacionadas com as finanças, contabilidade, ou proveitos e despesas da instituição. A sua denominação provém do facto de ser o responsável pela manutenção e salvaguarda do espaço mais nobre da igreja, o altar, e tudo aquilo que se relacionava com esse mesmo espaço e serviço cultural, e que, normalmente, aparece designado por “tesoiro”. Além de ser o responsável por todos os ornamentos e objetos litúrgicos, nomeadamente cruces, cálices, jóias, relicários, tinha também de fazer inventários frequentes dessas peças à sua guarda (Marques, 1988: 332). Competia-lhe a preparação desse espaço para o serviço litúrgico, incluindo a colocação do cálice, do vinho e das hóstias, e providenciar livros e alfaias litúrgicas necessárias. Entre as suas funções, e à semelhança do que sucedia com o tesoureiro da Colegiada de Santa Justa de Coimbra, também deveria ser o responsável pelo transporte da cruz da Igreja nas procissões (Campos, 2017: 229). Caso o tesoureiro não estivesse presente, tinha de ser o sacerdote ou o cônego que fosse celebrar a missa a providenciar tudo o necessário à realização do ofício, do mesmo modo que, no final, deveria deixar tudo limpo e em conformidade¹⁷. Estas funções aqui exercidas pelo tesoureiro, em inícios do séc. XV, passarão, em período posterior, a ser desempenhadas pelo sacristão, cargo que também se encontra referenciado por esta altura, sendo que as funções do sacristão parecem algo limitadas, estando relacionadas com a supervisão e tratamento dos paramentos, como se percebe por este trecho dos estatutos: “o sacristão não de vestimenta a nenhum clérigo que trouxer as mangas mais amchas que dous palmos & se o contrario fizer emcorra na dita pena”¹⁸. Entre as suas funções estaria certamente a ajuda ao sacristão com a limpeza e asseio dos altares e muito provavelmente a vigilância na igreja, bem como a abertura e encerramento das portas do templo.

2.3 Chantre

Segundo os estatutos da Colegiada, competia ao chantre escrever na tábua o nome:

[...] dos coniguos e cleriguos que ouverem de dizer missas e servir nos officios da igreja” ou que mande o subchantre escrever essa tábua, que deverá ser colocada no coro, sendo que no “primeiro dia de cada huum mes a ponha no coro em que seião comteudos todos aqueles que per todo ese mes ouverem de dizer missas e evangelhos e epistolas e servir nos outros officios ecresiasiticos do que nenhum seja escusado asy dos risydente como dos absemtes que ouverem as prevemdas...”¹⁹.

O chantre, além de ser obrigado a cantar em determinadas missas ou festas, tinha a seu cargo o coro, sendo o responsável por toda a sua logística e organização, sendo que não podia colocar um clérigo a substituir um coreiro, “salvo tal que aguisadamente saiba ler e cantar”²⁰. Competia também ao chantre coordenar o subchantre ou supervisioná-lo no cumprimento das diversas regras, dos diferentes tempos de entrada do coro, do número de cônegos necessário para se iniciar uma determinada festa ou celebração²¹. Desconhecemos se estavam adstritos meios próprios a este ofício de subchantre, mas é bem possível que, à semelhança do que sucedia na Sé do Porto, fosse mantido às custas do chantre (Pinto, 1940: 110). O chantrado vê-se reforçado com a anexação da igreja de São Paio de Vila Cova, a 4 de Março de 1306, curiosamente, por proposta do arcebispo de Braga, transmitida ao cabido vimaranense por Martim Anes Barrosas, e que mereceria a aprovação da Colegiada²².

17 ANTT – CSMO, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada), fl.2.

18 ANTT – CSMO, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada), fl.2.

19 ANTT – CSMO, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada), fl.1.

20 ANTT – CSMO, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada), fl.1.

21 ANTT – CSMO, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada), fl.1.

22 ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 2, Nº 34. Martim Afonso Barrosas foi cônego de Braga, pelo menos a partir de 1301, mas tinha fortes ligações familiares e patrimoniais à região de Guimarães (Rodrigues, 2005: 212-214).

2.3.1 Coreiros

Como o próprio nome indica são os clérigos do coro. Normalmente recebiam apenas a chamada meia razão ou meia prebenda, ou seja, metade do que era atribuído aos cónegos. Estão na direta dependência do chantre.

Facto curioso é a existência de uma Confraria dos coreiros, com autonomia económica, estando-lhe adstritos bens próprios que eram geridos pela confraria, como nos revela instrumento datado de 14 de Setembro de 1458, lavrado junto à porta principal da Igreja, comparecendo aí Nuno Álvares, Diogo Álvares, Fernão Anes, Rodrigo Álvares, João Álvares, abade de Infias, Lopo Afonso e João Vieira, prioste, todos coreiros na igreja de Santa Maria de Oliveira, sendo que “os dictos prioste e coreiros como Colegio que som na dicta Igreja” emprazaram a João Martins e a Florença Lopes, a casa, eixido e lata na rua do Sabugal onde viveu o coreiro Vasco Gonçalves²³. A documentação permite-nos dizer que esta Confraria já existia, pelo menos, desde a segunda metade do séc. XIV, uma vez que a confraria dos coreiros já é referenciada em 1359²⁴.

2.4 Mestre-Escola

O mestre-escola dedicava-se ao ensino gratuito dos clérigos e alunos pobres (PINTO, 1940: 32).

Segundo Manuel Alves de Oliveira, “o honroso cargo de Mestre-escola foi criado em 1439, tendo sido João Gonçalves de Resende o primeiro mestre de gramática e canto legalmente nomeado e empossado” (Oliveira, 1982: 425 - nota 1). Apesar de desconhecermos a data concreta em que esta dignidade surge na Colegiada, a documentação permite-nos antecipar a sua presença para uma data anterior, em cerca de uma centúria e meia, em relação à data apresentada pelo insigne estudioso. É que, a 22 de Agosto de 1324, reuniu-se o Cabido da Colegiada de Santa Maria da Oliveira, juntamente com Martim Anes Barrosas, na qualidade de procurador de Mestre Pedro, prior da Colegiada, dizendo:

“que era de seu plazimento quiserom, mandarom e outorgarom que Martim Anes maestre da escola ouvesse a coonizia perfeyta assy em como a ouvera maestre Johane e isto lhi faziam de graça e diziam que lho faziam a rogo do priol e do dicto Martim Anes Barossas e porque era seu criado delhes e mandarom e outorgarom que o dicto Martim Anes ouvesse a dicta coonizia en sa vida e que lha nom possam revogar e que o dicto Martim Anes sirva come de custume da eygreja e que per esta graça que lhi faziam que ficasse a salvo ao dicto priol e cabidoo o seu deryto pera adeeante per os seus maestres que veerem...²⁵”

O documento, ao revelar-nos a existência do mestre-escola João, portanto anterior e antecessor direto de Martim Anes, comprova a titularidade do cargo, pelo menos, desde o início do séc. XIV. Ao longo das centúrias de trezentos e quatrocentos, o mestre-escola, ou aqueles que de alguma forma lhe estão ligados vão sendo referenciados na documentação. Tome-se como exemplo Gil Martins “scolar”, que se encontra arrolado entre as testemunhas de um instrumento de 19 de Dezembro de 1401²⁶.

Um dos mais bem documentados é, efetivamente, o já referenciado “Joham de Reesende meestre scolla”, a quem o cabido empraza, a 10 de Julho de 1443, casas na Rua de Santa Maria, que tinham pertencido ao cónego Vasco Peres²⁷. João de Resende surge ainda como titular do cargo em 23 de Maio de 1446, sendo que nesse mesmo instrumento surge Afonso Anes, clérigo do mestre-escola²⁸. A 2 de Maio de 1476, Pedro Afonso, cónego da Colegiada de Santa Maria da Oliveira e abade da igreja de São Romão de Mesão Frio empraza ao “honrrado e discreto Lourenço Afonso d’Andrade capellam moor do ducque da dicta villa nosso Senhor e meestre escolla na dicta Igreja de Guimaraes” uma casa que

23 AMAP – CSMO, Pergaminhos, Docs. Eclesiásticos, 8-4-10-3.

24 AMAP – CSMO, Pergaminhos, Docs. Eclesiásticos, 8-4-10-4.

25 ANIT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 3, Nº 4.

26 ANIT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 2, Nº 29.

27 ANIT – CSMO, Docs. Particulares, M. 50, Nº 22.

28 AMAP – CSMO, Pergaminhos, Docs. Eclesiásticos, 8-4-10-5.

tinham na rua de Santa Maria, na vila de Guimarães²⁹. A 28 de Abril de 1497, D. Lourenço de Andrade, agora identificado também como proto-notário apostólico, mantinha-se no cargo, dia em que empraça um casal na freguesia de Creixomil, pertencente à igreja de São Tiago, anexa ao mestre-escolado³⁰. O seu sucessor deverá ter sido Baltasar de Andrade, uma vez que a 11 de Outubro de 1510, já é identificado como mestre-escola³¹.

2.5. Cónegos

O número de cónegos da instituição está diretamente relacionado com os rendimentos obtidos e a totalidade da riqueza anual produzida (rendas, doações, esmolas, réditos respeitantes a igrejas do padroado – muitas conezias eram referentes a igrejas onde o pároco/abade era apresentado pela Colegiada, sustentando-se o cónego com as rendas da respetiva igreja, são exemplos São Gens de Montelongo ou Brito). Por vezes, quando as instituições apresentavam dificuldades, o arcebispo intervinha, sendo a primeira medida para o incremento de rendimentos extra a anexação de uma determinada igreja. Santa Maria da Oliveira, em meados do séc. XV, chegou a ter cerca de duas dezenas de igrejas anexas, nomeadamente: São Paio de Guimarães, São Paio de Vila Cova, Gandarela, São João de Barqueiros, São Martinho do Conde, Santa Ovaia/Eulália de Nespereira, São Tiago de Candoso, São Vicente de Mascotelos, Santa Maria de Silvares, São Tomé de Caldelas, São Mamede de Aldão, São Pedro de Azurém, São Miguel do Castelo, Santo Estêvão de Urgeses, São João de Ponte e São Miguel do Inferno (Marques, 1988: 538-541).

Santa Maria da Oliveira chegou a ter 59 titulares ou beneficiados (o que por si só reflete o imenso património e riqueza que a Colegiada detinha), distribuídos da seguinte forma: 33 cónegos, 1 prior, 1 chantre, 1 tesoureiro, 1 mestre-escola e 22 clérigos de coro ou raçoeiros. No séc. XV, houve duas reduções significativas, com o número de canonicatos a baixarem para 37 e, em 1435, já no priorado de D. Rui da Cunha, a serem reduzidos para 30 (Marques, 1988: 534-535), embora essa redução já tivesse sido ordenada por letra apostólica, como revela instrumento datado de 16 de Julho de 1431, em que se diz “que de trinta e sete coonisyas que avia na dicta Igreja de Santa Maria fossem redezidas em trinta”³². Naturalmente que estas reduções não eram automáticas, uma vez que estavam pendentos do falecimento ou renúncia dos titulares do cargo, não se procedendo então à sua substituição e extinguindo-se assim a conezia.

À existência de um canonicato correspondia a respetiva prebenda ou ração. Como já vimos, competia ao prior, no caso da conezia ser da apresentação de algum padroeiro, a confirmação e entronização do seu titular no benefício. Note-se que este é um dos privilégios da Colegiada, uma vez que nas restantes instituições da diocese cabe ao arcebispo de Braga a confirmação da posse de qualquer apresentado para titular de igreja ou mosteiro ou para usufruir de qualquer benefício eclesiástico, implicando assim a autorização ou aval episcopal. Em relação à entronização do novo raçoeiro, toda ela estava ligada a um cerimonial que por norma tinha como palco de fundo a própria igreja de Santa Maria de Oliveira. Assim sucede a 19 de Setembro de 1353, “seendo o honrrado barom Dom Affonso Vaasquiz doutor em Degredo, prior da Eigreja de Sancta Maria em cabido, nessa mesma Igreja de Santa Maria da dicta villa”, em cabido com Dom Domingos Anes, chantre, Dom Antoninho Esteves, deão da Sé de Lamego, Martim Afonso, tesoureiro, Afonso Anes, Gil Peres, Domingos Peres e Domingos Tristão, Gil Lourenço, Gonçalo Esteves e Álvaro Peres, cónegos da igreja de Santa Maria, decidindo em relação à conezia e prebenda que vagou por morte de Martim Lourenço, cónego que foi de Santa Maria da Oliveira. Para não criarem mais rações e prejuízo para a Colegiada, entregaram-na a Gonçalo Anes, escolar de Évora e logo a comissão foi confirmada a Martim Afonso, tesoureiro da Colegiada e procurador de Gonçalo Anes, atribuindo-lhe a conezia “poendolhy huum barrette na cabeça dizendo que lhi faziam provisom da dicta

29 AMAP – CSMO, Pergaminhos, Docs. Particulares, M. 60, N° 34.

30 AMAP – CSMO, Docs. Eclesiásticos, Pergaminhos, 8-4-4-7.

31 ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 6, N° 7.

32 ANTT – CSMO, Docs. Particulares, M. 46, N° 5.

coonisia ao dicto Gonçal'Eanes se lhy de direito era devuda"³³. Se, neste caso específico, a cerimónia decorre na Igreja de Santa Maria da Oliveira, situação mais recorrente, também poderia realizar-se numa qualquer outra instituição religiosa, ou noutro local, mesmo que inesperado. Curiosamente, é isso que sucede com este outro exemplo que aqui trazemos. Trata-se do cerimonial do cónego João Vicente, registado aos “trinta e huum dias do mes de Janeiro da Era do nascimento” de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos e trinta e oito anos,

“em a dicta villa, acerca dos paços do Conde Dom Afonso, stando hy seentado Afonso Andre, coonigo da dicta villa, abade da igreja de Sam Geens de Montelongo do arcebispado de Bragaa e outrosy seendo hy seentado em giolhos ante elle Joham Vicente coonigo da Igreja de Santa Maria da dicta villa o dicto Afonso Andre, abade, lhe confirmou hua raçom da dicta sua Igreja que se vagou e estava vaga per morte de Martim Stevez que della foy postumeiro raçoeiro a qual raçom lhe confirmou e lhe fez della collaçom, confirmaçom e instetuiçom per imposiçom de seu barrete que tirara de sua cabeça e o pos na cabeça do dicto Joham Vicente e que mandava ao chaveiro e moordomo da dicta Igreja lhe desse sua raçom quando a servisse asy como a cada huum dos outros raçoeiros da dicta Igreja”³⁴.

Como já tivemos a oportunidade de ver acima, com o final da vida comunitária, os cónegos passaram a viver nas suas próprias casas. De qualquer modo, e para que fossem diligentes no seu serviço, era-lhes recomendado e lembrado que:

“amtre a igreja material e os beneficiados em ela nom deve aver distamcia nem alongamento mental nem corporall [...] porem todos os beneficiados desta igreja que em esta villa morarem afastemse de morarem amtre os leigos [...] & aposemtense a viver e morar em a rua de Samta Maria que he des esta igreja ataa o Sabugal e he asaz hazada pera os beneficiados e clerigos dela poderem melhor e mais onestamente viver e morar & pera esto poderem melhor fazer daqui em diamte nom escambem nenhuuas cassas nem paredeeiras desta ygreja que estejam na dita rua por outras casas nem erdades de fora da dita rua posto que mais remdão nem outrosy emprazem nem arendão as ditas cassas a nenhuua pesoa leiga nem ecclesiastica senom aos sobreditos beneficiados...”³⁵.

Olhemos agora para a composição do corpo colegial em alguns períodos específicos: a 5 de Julho de 1430, encontram-se reunidos no coro da igreja de Santa Maria, Martim Afonso, cónego, que tem o cargo de chantre na igreja de Santa Maria, Pedro Anes, tesoureiro, Fernão Gonçalves de Araújo, Gil Afonso, Vasco Peres, Luís Afonso, João de Oliveira, João Afonso d’Ulhoo, Gonçalo Peres, Afonso Peres, Lourenço Esteves, Gervaz Gonçalves, Afonso Rodrigues, Fernão Anes, Fernão Gil, todos cónegos escambam com o mercador Pedro Anes e sua mulher, Catarina de Freitas, umas casas que o cabido tem na rua de Vale de Donas por uma herdade situada fora da vila³⁶.

33 ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 3, Nº 22.

34 AMAP – CSMO, Pergaminhos, Docs. Eclesiásticos, 8-3-2-7.

35 ANTT – CSMO, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada), fl.5.

36 ANTT – CSMO, Docs. Particulares, M. 46, Nº 1.

Cónegos da Colegiada de Guimarães (décadas de 1430 e 1440)

Nome	Anos de Referência
Martim Afonso, chantre	1430, 1440
Pedro Anes - tesoureiro	1430, 1436, 1444
Fernão Gonçalves de Araújo, abade de Pinheiro (1436)	1430, 1436, 1440, 1446, 1450
Gil Afonso	1430, 1436, 1439, 1440, 1442, 1444, 1446, 1450
Vasco Peres	1430, 1439
Luís Afonso	1430, 1436, 1440, 1446, 1450
João de Oliveira	1430
João Afonso	1430, 1437, 1440, 1444, 1446
Gonçalo Peres	1430
Afonso Peres (tesoureiro - 1450)	1430, 1444, 1446, 1450
Lourenço Esteves	1430
Gervaz Gonçalves	1430
Afonso Rodrigues	1430
Fernão Anes	1430
Fernão Gil	1430, 1436, 1440, 1442
Pedro Afonso, chantre	1436, 1437, 1442, 1444, 1447
João Esteves	1436, 1446, 1447
João Gonçalves	1437, 1442
Fernão Martins	1437
Álvaro Anes, criado do arcebispo (1444, 1446)	1437, 1444, 1446, 1450
João Vicente	1438, 1440, 1442, 1444
Afonso André	1438, 1439, 1446
Martim Afonso	1440, 1444, 1446
João de Évora	1440, 1442, 1446
Pedro Anes, capelão (capelão de cura - 1442)	1442, 1446, 1447, 1450
Álvaro Anes de Freitas	1444
Vicente Martins	1444, 1446, 1450
João de Resende, mestre escola	1446, 1447
Diogo Afonso Vieira, tesoureiro	1446, 1447
Nicolau Eanes	1446, 1447, 1450
Martim Lourenço	1446
João Gomes	1446, 1447
Lopo Afonso, abade de Brito	1446, 1450
Pedro Vasques	1449, 1450

37 AMAP – CSMO, Pergaminhos, Docs. Eclesiásticos, 8-4-10-5.

38 ANTT – CSMO, Docs. Eclesiásticos, M. 6, Nº 7.

A 23 de Maio de 1446, surgem juntos no coro da Colegiada de Guimarães, para a concessão de um emprazamento, dezoito cónegos, nomeadamente Diogo Afonso, tesoureiro, João de Resende, mestre-escola, Luís Afonso, João de Évora, Martim Afonso, João Esteves, João Afonso d'Ulhoo, Fernão Gonçalves de Araújo e Pedro Anes, capelão, Gil Afonso, Álvaro Anes, criado do arcebispo, Afonso Peres e Vicente Martins, Martim Lourenço, João Gomes, Afonso André, Nicolau Eanes, Lopo Afonso, abade de Brito, todos cónegos prebendados desta igreja e outros cónegos que emprazaram a Diogo Afonso Malheiro, contador del rei nos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima, o seu couto de Moreira. Curiosamente, entre as testemunhas deste instrumento surgem o prior D. Rui da Cunha, Pedro Anes, seu escudeiro e Afonso Anes, clérigo do mestre escola³⁷.

A 11 de Outubro de 1510, uma sexta-feira, reúnem-se em cabido, dentro da capela de São João, situada no claustro, para criarem um estatuto especial para o funcionamento do cabido em tempos de peste, estatuto esse que basicamente permitiria aos cónegos e restantes dignidades eximirem-se das suas funções e fugirem da vila de Guimarães caso esta viesse a ser infetada³⁸. Surgem aí o bacharel Fernando Álvares, chantre, Baltazar de

Andrade, mestre-escola, João Fernandes de Cabeça Boa, Vasco Martins, Gil Vaz, Vasco Martins, Domingos Botelho, Gonçalo Martins, João Dias, Estêvão Afonso, Jorge Afonso, Gonçalo Ribeiro, Luís de Guimarães, Gonçalo Anes, Mendo Eanes, António Rodrigues, Álvaro Anes, João Mendes, Gaspar Lopes, André Gonçalves, todos cónegos prebendados, e ainda João Formoso, Pedro Afonso, Pedro Gonçalves, Pedro Fernandes e Brás Lopes, dito Portela, meios cónegos³⁹. Significa isto que no início do séc. XVI a Colegiada de Santa Maria de Oliveira mantinha, pelo menos duas dezenas e meia de conezias.

Bibliografia e Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães:

ANTT, Documentos Eclesiásticos, Maço 1, N.º 5, N.º 6; Maço 2, N.º 29, N.º 34; Maço 3, N.º 4, N.º 22; Maço 4, N.º 1; Maço 6, N.º 7.

ANTT, Documentos Particulares, Maço 39, N.º 58; Maço 46, N.º 1, N.º 5; Maço 47, N.º 28B, N.º 29B; Maço 50, N.º 22; Maço 60, N.º 34; Maço 64, N.º 8B.

ANTT, Documentos Régios, Maço 3, N.º 9; Maço 4, N.º 3.

ANTT, Livro 7 (Cópia dos Estatutos Antigos da Colegiada).

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) – Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães:

AMAP, Pergaminhos, Documentos Eclesiásticos, cotas: 8-3-2-7, 8-4-4-7; 8-4-10-3; 8-4-10-4; 8-4-10-5.

Bibliografia

CALDAS, P.º António José Ferreira (1996). *Guimarães: Apontamentos para a sua História*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de (2017). *Cidade e Religião: a Colegiada de Santa Justa na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CRASBECK, Francisco Xavier da Serra (1726). *Catalogo dos Religiosissimos DD. Abbades do antigo Mosteiro de S. Maria de Guimaraens de religiosos, e religiosas de S. Bento e dos Illustrissimos D. Priores do mesmo mosteiro e da insigne, antiga, e Real Collegiada desta Villa, conservada com o titulo, de N. S. da Oliveira. Feito pelos documentos, que se achão no Cartorio da dita Collegiada, e com as memorias do Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa, Pro-Comissario geral Apostolico da Bulla da Cruzada, do Conselho de Sua Magestade, e Censor da Academia Real, pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck, sendo Corregedor da Comarca de Guimaraens, e Academico Supranumerario no anno de 1725, in Colleçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Tomo 6, 1726*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva.

DGEMN (1981). *Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães*. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 128. Lisboa: D.G.E.M.N.

OLIVEIRA, Manuel Alves de (1978). *História da Real Colegiada de Guimarães*. Guimarães: Edição do autor.

OLIVEIRA, Manuel Alves de (1982). *A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu Cerimonial e nas suas Festividades, in Actas do Congresso*

Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 423-437.

PINTO, Cónego António Ferreira (1940). O Cabido da Sé do Pôrto: Subsídios para a sua História, in *Colecção Documentos e Memórias para a História do Pôrto*, VI. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Pôrto, Gabinete de História da Cidade.

RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva (1991). *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250*, Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., COSTA, Maria Antonieta Moreira da, RIBEIRO, João Carlos Taveira, MACIEL, Maria Justiniana Pinheiro (2005). *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.

SILVA, Ilídio Jorge Costa Pereira da (2004). A Colegiada de Santa Maria da Oliveira em Guimarães: a Cidade, o Organismo Cenobítico e a Igreja, *A Obra Nasce – Revista de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*, I, 44-59.